

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Shell vende areias betuminosas por US\$ 7 bi	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Petróleo mineiro	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	3
Título: Térmicas terão de pagar taxa de água no Ceará	3
Título: Petros pode substituir conselheiro	4
VEÍCULO: Valor Econômico	5
Título: Mudanças climáticas nos anos Trump	5
Título: Destaques	7
Título: Aneel vai rever receitas da Abengoa	7
Título: Equatorial prevê mais disputa no próximo leilão de transmissão	9
Título: Parente diz que crise também é aliada da Petrobras	10
Título: Queda do petróleo reflete incerteza sobre corte na oferta	11
Título: Nova York e Londres disputam IPO da petrolífera Aramco	13
Título: Conselho afasta autuação milionária contra Coelba	14

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Shell vende areias betuminosas por US\$ 7 bi**

A petroleira anglo-holandesa Shell, principal parceira da Petrobras nos campos do pré-sal, vai vender quase todos seus ativos de produção de areias betuminosas no Canadá em um acordo de US\$ 7,25 bilhões com a Canadian Natural Resources, uma das maiores empresas de energia do Canadá.

Com o acordo, a companhia anglo-holandesa terá arrecadado dois terços da meta de US\$ 30 bilhões em venda de ativos até o fim de 2018. Além do ganho financeiro, a transação reduz a participação da empresa em uma das formas de extração de combustíveis fósseis mais danosas ao meio ambiente — isso porque o betume extraído delas precisa ser processado e convertido em uma espécie de petróleo sintático antes de ser transportado para refinarias, que, em sua maioria, ficam nos EUA.

Segundo o diretor executivo da Shell, Ben van Beurden, a saída da empresa no setor de exploração de areias betuminosas iria fortalecer o fluxo monetário da empresa, aumentar sua receita e acelerar a guinada da empresa para ativos de escala global, como gás natural e produção em águas

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado / Colunas****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Petróleo mineiro**

O grupo mineiro Zema investirá R\$ 20 milhões em sua divisão de distribuição de combustível em 2017.

O varejo não deverá receber aportes, afirma César Donizete Chaves, que foi promovido a diretor-executivo.

"No ano passado fechamos 55 operações. A expectativa é manter o número de lojas."

A distribuição de combustível é, desde 2005, a maior fonte de receita do grupo, diz Romeu Zema Neto, que, após 24 anos, deixou o comando da empresa para se tornar presidente do conselho.

"O combustível representa 64% da nossa receita e cresceu 26% em 2016."

R\$ 3,8 BILHÕES foi o faturamento do grupo Zema em 2016

9,5% foi o aumento da receita em relação a 2015

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges

Título: Térmicas terão de pagar taxa de água no Ceará

Cobrança extra por uso de água potável em usinas a carvão é feita desde outubro.

As empresas EDP e Eneva, donas das duas maiores usinas térmicas movidas a carvão do País, em operação no Porto de Pecém, no Ceará, não conseguiram convencer a Justiça a suspender os custos milionários do Encargo Hídrico Emergencial (EHE), uma taxa extra que o governo cearense incluiu na conta de água dessas usinas desde outubro do ano passado, por conta da crise hídrica histórica que afeta o Estado. Depois de analisar o pleito das empresas, o qual já tinha sido rejeitado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Tribunal Regional Federal do Distrito Federal também negou o repasse da taxa extra para o consumidor de energia, sob o argumento de que as empresas sempre souberam que estavam construindo seus projetos numa região de reconhecida escassez de água doce.

“Fica fácil presumir que qualquer empreendimento de grande porte que se instale no Nordeste brasileiro deve levar em conta a histórica seca da região: alguns anos mais forte, outros menos, mas sempre presente, não se pode negar”, declarou em sua decisão a juíza federal Luciana Raquel Tolentino de Moura. Os projetos de engenharia das usinas previam, originalmente, a possibilidade de uso de tecnologias para dessalinização da água do mar, comentou a juíza, já que ambos estão a apenas cinco quilômetros do oceano. As companhias, no entanto, optaram pela alternativa mais barata, 100% baseada em água doce. “Constato que esses contratos envolviam grandes riscos para as demandantes, assim como exigiam vultosos investimentos.

Mas também representavam excelentes oportunidades de lucro, tanto que elas, durante o procedimento licitatório, apresentaram projeto inicial que previa a utilização de água do mar no resfriamento das turbinas”, declarou a juíza. Donas de usinas com capacidade de abastecer até 60% da energia consumida pelo Estado do Ceará, as empresas alegavam que a cobrança da taxa é resultado de um “fato imprevisível” e que sua criação multiplicou em oito vezes o custo da água usada para resfriar as turbinas. Os argumentos não conseguiram convencer nem a agência nem a Justiça. As térmicas de Pecém se conectam à rede de abastecimento que acessa a água doce do Açude do Castanhão, o maior do

Estado, a 280 quilômetros de distância de suas instalações. O reservatório segue em situação crítica, com apenas 5% de seu volume total de água, pior cenário desde 2002, quando entrou em operação.

Por meio de nota, a EDP, dona da térmica Energia Pecém, declarou que “segue com o diálogo com os órgãos competentes a fim de encontrar uma solução viável para todos os envolvidos, sem prejudicar a segurança energética do Estado do Ceará e/ou a estabilidade financeira dos empreendimentos”. A Eneva, que controla a Usina Pecém 2, informou que as companhias recorreram da decisão judicial. Na semana passada, uma revisão feita pelo governo cearense minimizou as queixas das empresas. O custo da taxa extra de água, que multiplicava em oito vezes a conta das empresas, foi reduzido para três vezes, por meio de modificações feitas no decreto estadual que criou a cobrança. A mudança é retroativa e vai revisar todos os valores do (EHE), que começou a ser cobrado em setembro de 2016 e seguirá até agosto deste ano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Petros pode substituir conselheiro

O conselho fiscal da Petros enviou um ofício ao conselho administrativo da própria fundação pedindo a saída de Henrique Jager do conselho de administração da Eldorado Celulose. O motivo para o pedido foi o fato de Jager não ter questionado a investigação interna sobre as suspeitas que recaem sobre a Eldorado, a exemplo do que fez o representante da Funcef, Max Pantoja. O conselheiro da Funcef questionou os resultados da investigação, por entender que estavam incompletos, e a forma como os laudos foram apresentados pelas empresas contratadas para o serviço. Além disso, também fez uma denúncia ao Ministério Público Federal. Com base nos dados apresentados por Pantoja, os procuradores pediram o fim do acordo selado com Joesley Batista, presidente da J&F, e José Carlos Grubisich, presidente da Eldorado. Jager não foi encontrado para dar entrevista e a assessoria da Petros informou que não teria como passar os contatos do conselheiro, que representa a fundação no conselho da Eldorado.

Tampouco a fundação quis fazer comentários sobre o assunto. A mesma postura tem sido adotada pela Funcef. Em entrevista recente à Folha de S. Paulo, Joesley Batista questionou as motivações de Pantoja. Disse que o conselheiro mente ao dizer que foi ele que pediu a abertura da investigação interna e, ao ser questionado sobre quais seriam os interesses de Pantoja, disse que o procurador pede que os representantes das fundações passem a ser os responsáveis por indicar a nova diretoria da Eldorado e que isso, por si só, “já seria um conflito terrível”. Para Ronaldo Tedesco, que faz parte do conselho fiscal da Petros, não

tem a menor importância saber quem pediu ou não para abrir a investigação interna, e sim se há dúvidas sobre os resultados, como levantou o conselheiro da Funcef. / J.G.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Rodrigo Lima

Título: Mudanças climáticas nos anos Trump

Um dos legados deixados pelo presidente Barack Obama foi o Clean Power Plan, que reúne as estratégias dos Estados Unidos para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEEs), impulsionando a agenda de energias renováveis e eficiência energética e construindo uma nova economia de baixo carbono. Donald Trump e seus principais assessores, especialmente o novo diretor da Environmental Protection Agency (EPA), Scott Pruitt, parecem imbuídos em enterrar os feitos de Obama, buscando justificativas nos benefícios que a exploração de petróleo, construção de oleodutos, carvão e gás de xisto trarão para a economia americana, gerando empregos e permitindo que o povo se aproprie dos seus recursos.

Como segundo maior emissor de GEEs do planeta, atrás apenas da China, uma guinada na direção contrária das contribuições assumidas no Acordo de Paris pode ter impacto significativo diante do novo regime multilateral de clima. A liderança dos EUA em uma agenda global que exige criar incentivos para desenvolver novas tecnologias, fomentar o comércio dessas tecnologias e serviços, gerar empregos e impulsionar uma economia baseada em inovação, pode criar obstáculos em vários níveis. Abandonar o Acordo de Paris inevitavelmente teria um impacto político e diplomático. No entanto, a despeito do ímpeto da administração Trump e do conservadorismo de alguns Estados, tradicionalmente defensores das energias fósseis, a visão de que a agenda de clima está com os dias contados nos EUA é errônea e superficial. Além da Califórnia, que possui uma meta de reduzir em 40% suas emissões até 2030, considerando os níveis de 1990, 50% de redução de fósseis em veículos e 50% de energias renováveis na geração elétrica, ao menos outros 29 Estados possuem metas ou políticas que visam reduzir emissões, naturalmente com foco em estimular um mix de fontes energéticas, com destaque para as renováveis, notadamente eólica e solar fotovoltaica. Os chamados "Renewable Portfolio Standards" adotados pelos Estados independem de uma política federal e motivam a proliferação de novos negócios e empregos em torno da geração de energias renováveis. Tanto é que, de acordo com dados da International Renewable Energy Agency, em 2016 os empregos gerados no setor de energia solar ultrapassaram as vagas nos setores de óleo e gás nos EUA. Na China, as energias renováveis geram 35% mais postos de trabalho do que as energias

fósseis, chegando a 3,5 milhões de empregos. A agenda do clima pode perder espaço com Trump, mas o viés econômico ligado à própria agenda de energia não abandonará as fontes renováveis e poderá até dar força à ideia de um mercado ou taxa de carbono, como sinalizado por membros do partido Republicano. Saindo do setor de energia, há programas e iniciativas para promover ações no setor agropecuário, especialmente quando se trata de adaptação à mudança do clima, como controlar incêndios naturais e evitar espécies invasivas, mas também no tocante à mitigação, com o plantio direto e boas práticas agrícolas. A produção de biocombustíveis, etanol de milho e especialmente as novas gerações de biofuels à base de microalgas, biomassa e outros co-produtos, estão no pipeline de pesquisas, startups e novos negócios que fomentam economias locais. A habilidade dos Estados, cidades, iniciativas público-privadas e corporações de puxar a agenda de energias renováveis está atrelada à disponibilidade de energia para as estações frias e quentes, cultura que inexiste no Brasil, e ao custo dessa energia. A tônica central é ter energia acessível, disponível e a custos competitivos. Nesse contexto, reduzir emissões se torna um co-benefício relevante, mas não um fim em si mesmo. O enfoque regional no combate à mudança do clima pode se tornar o caminho para manter os EUA na agenda e atrair novos atores na medida em que os benefícios econômicos se mostrem atrativos. No Brasil, que começa a debater como colocar em prática as contribuições que o governo submeteu no contexto do Acordo de Paris, o exemplo de iniciativas regionais é digno de atenção. Ainda não é possível antecipar qual será a nova política de clima brasileira. Mas é relevante observar casos esparsos de iniciativas regionais, como a Produzir, Conservar e Incluir (PCI) no Mato Grosso, e o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará (Pará 2030), como espaços para planejar, construir e implementar ações relevantes para o desenvolvimento sustentável. Iniciativas regionais e estaduais precisam ganhar força para promover energias renováveis como etanol, bioeletricidade, solar e eólica, redução do desmatamento, implementação do Código Florestal, restauração e revegetação florestal e eficiência energética. Definir objetivos concretos, engajar atores interessados e buscar recursos para financiar e incentivar ações que gerem negócios e benefícios sociais e ambientais deve ser o foco que norteará o desenvolvimento dessas regiões. O caso da Cooperativa Brasileira de Energia Renovável (Coober), em Paragominas, como a primeira cooperativa de energia fotovoltaica do país é um paradigma a ser seguido. A geração de energias renováveis e sua comercialização no Ambiente de Contratação Livre tende a fomentar novos negócios e gerar benefícios em diversas regiões do Brasil. É plausível observar que, nos EUA, as ações para promover energias renováveis continuarão independentemente de mudanças impostas pela nova administração federal. A agenda de clima pode perder espaço, mas o viés econômico atrelado à própria agenda de energia não abandonará as fontes renováveis e poderá até dar força para a ideia de um mercado ou taxa de carbono, como sinalizado por representantes do partido Republicano e grandes empresas. No Brasil, a despeito da tradicional

dependência de políticas federais, é salutar observar iniciativas regionais que buscam construir agendas de baixo carbono, com racional econômico, e que podem promover concretamente o que se costuma denominar desenvolvimento sustentável. Rodrigo C. A. Lima é diretor geral da Agroicone. rodrigo@agroicone.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Petrobras derruba liminar

O Tribunal Regional Federal da 5ª região suspendeu a liminar que determinava a paralisação da alienação de 90% da participação acionária detida pela Petrobras na Nova Transportadora do Sudeste (NTS), informou a Reuters. Com a decisão, a petroleira poderá prosseguir com a operação de venda da fatia na transportadora de gás para um consórcio liderado pela Brookfield, no valor de US\$ 5,19 bilhões. A transação, a maior do programa 2015-2016 de venda de ativos da Petrobras, já havia sido aprovada em assembleia de acionistas em dezembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: Aneel vai rever receitas da Abengoa

A Abengoa teve uma vitória significativa em seu processo de recuperação judicial: a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) terá de abrir um processo para revisar a receita e os prazos de suas linhas de transmissão em construção. Isso significa que as linhas em construção, cujas obras estão paralisadas desde novembro de 2015, poderão ganhar novas condições financeiras que permitam que possam ser relitadas dentro dos contratos atuais - um cenário o qual a Aneel já declarou ser contrária e que pode mudar completamente as relações contratuais dos empreendimentos.

O plano original do regulador era que as linhas fossem vendidas dentro das condições contratuais atuais. O problema é que as taxas de retorno são consideravelmente baixas, o que inviabilizou a busca por um comprador. A Aneel, então, deu início a um processo de caducidade dessas concessões. O objetivo era relitá-las em seguida, com novas condições contratuais mais atrativas. A Abengoa discordou do plano e propôs à juíza Maria da Penha Nobre Mauro, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, uma terceira alternativa: um leilão dentro

da recuperação judicial, mantendo os contratos com fornecedores e credores, mas com novos prazo e receita anual permitida (RAP). O argumento da Abengoa é que a manutenção dos contratos atuais acabará beneficiando também a sociedade. Isso porque, segundo os cálculos da empresa, esse cenário iria permitir que os investimentos já feitos pela companhia nas linhas em construção, da ordem de R\$ 1,5 bilhão, sejam aproveitados pelos novos concessionários. A juíza proferiu uma decisão determinando que a Aneel e o Ministério de Minas e Energia (MME) deveriam informar as novas condições financeiras dos ativos. A Aneel se colocou totalmente contra a decisão, por considerar que o cenário criará um precedente que fará com que outros contratos possam ser questionados por investidores no futuro. Segundo um documento ao qual o Valor teve acesso, porém, a autarquia decidiu cumprir a decisão judicial que ordenou a paralisação do processo de caducidade das linhas e novos cronogramas e receitas anuais permitidas (RAP) dos ativos. A decisão da Aneel foi tomada depois da publicação de um parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), que recomendou que a decisão judicial que a Abengoa conseguiu em dezembro fosse cumprida. Segundo o parecer da AGU, a decisão judicial "foi emanada por juiz competente, não havendo óbice ao seu cumprimento". A Aneel vinha tentando suspender a decisão da juíza, mas não obteve sucesso, o que fez com que a AGU determinasse seu cumprimento. Isso, porém, não significa que o regulador desistirá de derrubar a liminar. Se a Aneel cumprir a decisão ainda neste mês, a proposta do leilão dentro das novas condições será apresentada aos credores da Abengoa na assembleia marcada para o fim de março. Além disso, a companhia espanhola segue no esforço de tentar conseguir compradores para as sete linhas em operação (os chamados ativos "brownfield"). Há, por exemplo, uma oferta na mesa feita pela Equatorial em parceria com o BTG Pactual. O Valor apurou que há outros investidores negociando com a companhia. Se os credores aprovarem a realização da nova licitação, a Abengoa pretende promover uma disputa nos moldes dos leilões organizados pela Aneel - quem oferecer maior deságio ante a receita máxima fica com o ativo. Não necessariamente todas as nove linhas de transmissão serão relicitadas. Em uma carta enviada ao secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME, Eduardo Azevedo, a Aneel solicitou que o poder concedente avalie a necessidade da licitação de todas as nove linhas. Desde a emissão dos estudos que embasaram os contratos de concessão da Abengoa, já se passaram quatro anos e meio. Uma análise feita pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) em abril do ano passado recomendou a manutenção de todos os empreendimentos outorgados à Abengoa em um novo processo licitatório, exceto uma linha do Nordeste, que perdeu a efetividade quando considerada a expansão da interligação Norte-Nordeste. A Aneel também solicitou ao secretário Azevedo que verifique se permanecem válidas as condições desse documento.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: C.M.****Título: Equatorial prevê mais disputa no próximo leilão de transmissão**

Após estrear como um dos destaques do último leilão de linhas de transmissão, em outubro, a Equatorial Energia avalia a possibilidade de participar novamente de uma licitação do tipo, em 24 de abril. Segundo o diretor Financeiro e de Relações com Investidores (RI) da companhia, Eduardo Haiama, a expectativa é que a concorrência no próximo certame seja ainda maior do que a do último leilão, com um número maior de participantes. "Estamos analisando [participar do leilão]. Não tomamos decisão sobre ir, ou não, ainda. Mas de qualquer forma queremos estar prontos, com uma análise muito bem detalhada para, caso decidamos seguir adiante, termos muita confiança na execução [dos projetos] depois", disse ontem Haiama, em teleconferência com analistas e investidores.

No leilão de outubro, a Equatorial estreou em transmissão arrematando sete lotes, com investimento total previsto de R\$ 3,9 bilhões e receita anual permitida de R\$ 718 milhões, com retorno sobre patrimônio (ROE) de 15%. Em relatório, o banco UBS destacou que a Equatorial tem grande potencial de criação de valor, por meio de novos leilões de transmissão e operações de fusões e aquisições. "Enquanto deve haver aumento na competição, acreditamos que a taxa de retorno ainda será atrativa", escreveu o analista Marcelo Sa, referindo-se ao próximo leilão. Na licitação de abril, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ofertará 7.400 km de linhas, em 20 Estados, divididos em 35 lotes. O investimento total previsto nos projetos é de R\$ 13,1 bilhões e a receita anual permitida máxima é de R\$ 2,7 bilhões. Ontem, a autarquia publicou decisão que impede três subsidiárias da Eletrobras (Furnas, Chesf e Eletronorte) de participarem, sozinhas ou como majoritárias em consórcios, do próximo leilão. Segundo a agência, as empresas não atendem ao requisito de habilitação técnica, devido ao excesso de atrasos em obras de transmissão dessas companhias. Com relação ao resultado da Equatorial no quarto trimestre de 2016 - lucro líquido atribuído aos acionistas controladores de R\$ 206 milhões, 45,4% superior ante igual período do ano anterior -, o UBS disse que os números vieram acima do esperado, apesar do enfraquecimento na demanda na área de concessão da Celpa. A distribuidora, controlada pelo grupo de energia e que atende o Estado do Pará, enfrentou uma queda de mercado de 3,7%, nos últimos três meses do ano passado, em relação a igual período de 2015. Sobre a Celpa, Haiama contou que o índice de provisão para devedor duvidoso da distribuidora deve permanecer acima do normal no primeiro semestre deste ano, devido aos efeitos da recessão econômica, entre outros fatores, e retornar ao patamar histórico a partir do segundo semestre.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Carlos Rydlewski**Título:** Parente diz que crise também é aliada da Petrobras

Luiz Carlos Trabuco entrevista Pedro Parente

A crise é um problema, mas também uma aliada de Pedro Parente, o presidente da Petrobras. Isso porque, na prática, ela aguça o senso de urgência em torno de medidas - muitas delas indigestas - que precisam ser tomadas para reerguer a estatal.

A lógica dessa tática de gestão, na qual a doença é usada a favor do paciente, foi exposta por Parente em entrevista a Luiz Carlos Trabuco, o presidente do Bradesco. O encontro entre os dois executivos faz parte da edição comemorativa de dez anos da revista "Época Negócios". A publicação reuniu seis duplas de presidentes executivos de grandes companhias instaladas no Brasil. Nas conversas, eles trataram de temas como liderança, inovação, diversidade, propósito e os rumos da economia do país.

No conversa de parente com o presidente do Bradesco, ele afirmou ainda que aceitaria permanecer na petrolífera, após o término do mandato de Temer. "Eu aceito continuar, desde que mantida minha autonomia para decidir".

O presidente da Petrobras acrescentou que está pagando um "alto custo" para permanecer no cargo. "Antes de assumir a empresa, eu ganhava muito mais e não corria riscos", disse, referindo-se às ações movidas contra a direção da estatal nas quais figura como réu.

Trabuco, por sua vez, falou sobre juros, os desafios do setor bancário e disse acreditar que a solução dos problemas nacionais precisa avançar com maior rapidez. "Será que esperança tem a ver com o verbo esperar?", questionou. "Não. Temos pressa." Abaixo, trechos do diálogo entre os dois líderes.

Luiz Carlos Trabuco: Como você avalia o salto que a Petrobras deu durante a sua administração, em um prazo curto de tempo?

Pedro Parente: Olha, Trabuco, na verdade, fico preocupado quando as pessoas dizem que progredimos muito. Devo reconhecer, houve avanços. A Petrobras saiu do noticiário policial. Hoje, as notícias relacionadas à companhia estão no lugar de onde nunca deveriam ter saído: nas páginas de negócios. Mas muita coisa ainda precisa ser feita. E quando a gente perde a noção de que existe uma crise, fazer as coisas difíceis se torna ainda mais difícil.

Trabuco: Eu tenho uma visão otimista em relação ao potencial do país. Como você vê o Brasil nos próximos dez anos?

Parente: Eu também sou um otimista, mas uma coisa que me deixa muito triste é a imensa diferença entre o nosso potencial e o que realmente somos. A grande verdade é que as lideranças do país, entre as quais nos incluímos, não construíram um modelo de nação que pudesse explorar ao máximo esse potencial. O Brasil ainda se perde em discussões que são da primeira metade do século passado.

Parente: Mas deixa eu inverter um pouco a bola. Vamos falar da indústria bancária. Vai chegar o dia em que teremos taxas de juros menores? Trabuco: A nossa aposta, e a minha crença pessoal, é que se o juro no Brasil não convergir com o internacional é porque alguma coisa aconteceu na economia brasileira. É desejável que o custo de capital aqui siga os padrões internacionais, com pequenas variações, mas não com a atual discrepância.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás e André Ramalho

Título: Queda do petróleo reflete incerteza sobre corte na oferta

Nem mesmo a onda pessimista que atingiu o mercado de petróleo nos últimos dias é suficiente para mexer com o nível de estabilidade dos preços que a commodity parece ter encontrado, afirmam analistas. Mesmo assim, o alerta é para que se observe tanto a produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e da Rússia quanto a dos Estados Unidos daqui para frente, acrescentam. Depois de três meses em altos e baixos, mas que sempre deixaram a cotação entre US\$ 55 e US\$ 58, o petróleo do tipo Brent desabou. Só ontem, a baixa nos contratos com vencimento em maio, os mais negociados, foi de 1,7%, para US\$ 52,19. No caso do WTI, a situação foi a mesma, mas com preços entre US\$ 53 e US\$ 55. O contrato para abril recuou 2%, para US\$ 49,28.

São dois os motivos principais dessa queda: estoques altos nos Estados Unidos e fechamento de posições compradas no mercado. Os EUA revelaram na quarta-feira que os estoques de petróleo bruto subiram 8,2 milhões de barris na semana, para 528,4 milhões de barris. Mas a consultoria Capital Economics ressalta que houve redução substancial no volume de derivados armazenados, especialmente gasolina, destilados e propano. A reação ao indicador não surpreende, afirma Hélder Queiroz, professor do Instituto de Economia da Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ex-diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Diminuir a volatilidade, comenta o especialista, dependerá da confiança do mercado sobre o corte da Opep e dos outros países. Segundo ele, as metas

ainda não foram capazes de acabar com o excesso estrutural de oferta global de petróleo."Do ponto de vista estrutural o mercado ainda estava superfaturado [após o acordo]. O patamar [no início de 2017] estava estranhamente confortável para todos [membros da Opep, e de fora, e a indústria americana de xisto], mas esse equilíbrio, se é possível chamar de equilíbrio, ainda é muito instável. Não surpreende que haja uma forte volatilidade", afirma o ex-diretor da ANP. Para o banco alemão Commerzbank, a evolução dos estoques foi apenas o empurrão que o petróleo precisava. "O exacerbado otimismo exibido pelos investidores se provou uma faca de dois gumes", comenta a instituição em relatório, referindo-se ao caráter frágil das posições compradas. "Qualquer pressão maior de venda gera um efeito em cadeia que derruba a cotação." Carsten Menke, do Julius Baer, vê caráter fortemente técnico da queda nos últimos dois dias. O analista escreve que o mercado estava apostando excessivamente na alta da commodity. De acordo com ele, fica cada vez mais claro que o plano da Opep e outros países relevantes de cortar produção não tem o efeito desejado. Líbia, Nigéria e Irã seguem elevando suas exportações, apesar de a Arábia Saudita, líder da Opep, cumprir com os tetos produtivos. Isso, aliado à ressurreição do xisto nos Estados Unidos, dificilmente dará espaço para o excesso de oferta do mercado global encolher significativamente, completa Menke. Se o lado da oferta é a incógnita que os investidores estão mais de olho, o consumo parece saudável. Os próprios estoques americanos subiram em grande parte por conta do avanço de 561 mil barris por dia, para 8,2 milhões de barris diários, das importações. Na China, fevereiro foi o segundo melhor mês da história em termos de compras da commodity no exterior: 8,3 milhões de barris por dia. Mas os EUA têm poder de desequilibrar o mercado. A produção não convencional do xisto chegou a 9,1 milhões de barris por dia, maior nível em mais de 12 meses. A Agência Internacional de Energia (AIE) crê em 9,21 milhões de barris diários em média durante 2017. Se o volume preocupa, o potencial, mais ainda. Um estudo da consultoria Rystad Energy mostra que é muito mais barato se produzir hoje nos EUA. A redução mais relevante nos custos se deu na Bacia de Permian, na área central. Em 2014, o ponto de equilíbrio - marca a partir da qual se começa a ganhar dinheiro com a extração - estava em US\$ 71 por barril; hoje, encontra-se em US\$ 36. Ou seja, mesmo que o WTI recue mais 25%, ao menos as empresas dessa região continuarão ganhando dinheiro com a atividade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: Setubal no conselho da Shell

O presidente do Itaú Unibanco, Roberto Setubal, foi convidado e aceitou ser indicado pela Royal Dutch Shell, empresa sediada na Holanda, para ser membro de seu conselho de administração a partir de 1º de outubro. A eleição ocorre no

dia 25 de maio na assembleia geral de acionistas anual da companhia. Segundo nota do banco, a atividade não interferirá nas funções de Setubal como copresidente do conselho de administração do Itaú Unibanco, nem no relacionamento da instituição com a Shell. Em abril, Candido Bracher assumirá a presidência do Itaú no lugar de Setubal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: David Sheppard, Anjli Raval e Nicole Bullock

Título: Nova York e Londres disputam IPO da petrolífera Aramco

Nova York e Londres estão numa disputa frenética para ser a principal praça internacional de listagem na oferta pública inicial de ações (IPO) da companhia estatal de petróleo da Arábia Saudita, surgindo como líderes claros de um processo que envolverá aquela que poderá ser a maior abertura de capital de todos os tempos. Fontes a par do assunto disseram que executivos da Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) e da Bolsa de Valores de Londres (LSE) estão em discussões com a Saudi Aramco, o grupo estatal avaliado em até US\$ 2 trilhões por autoridades de Riad.

Londres e Nova York são vistas pelas autoridades sauditas, executivos da Aramco e assessores do IPOs como as únicas praças com a amplitude de investidores globais, experiência e liquidez para comandar uma listagem internacional desse tamanho. Ambas estão agora estruturando suas propostas, acreditando ser as favoritas. "Está claro que esse não é um IPO normal", disse Nathanaël Mauclair, cofundador da Aldebaran Global Advisors e ex-diretor-gerente de listagens internacionais da NYSE Euronext. "Diante do tamanho dessa transação, eu as aconselharia a dar o máximo de si e fazer o maior número de listagens possível." NYSE, LSE e a Saudi Aramco não quiseram comentar. A luta para conseguir a abertura de capital da Saudi Aramco, que está planejada para 2018, ocorre em uma conjuntura crítica para os dois centros financeiros, com o Brexit testando a capacidade de Londres de manter seu alcance global, enquanto as políticas de Donald Trump levantam dúvidas sobre a postura dos EUA em relação aos seus tradicionais aliados do Golfo Pérsico. O tamanho faz de Nova York a favorita, mas pessoas a par da situação indicam que as exigências de listagem de Londres poderão ser mais palatáveis. Nenhuma decisão final foi tomada pela Arábia Saudita, segundo as fontes, e as discussões estão ocorrendo no âmbito da Corte Real. Outras bolsas de valores interessadas em abrigar as ações da estatal ainda têm chances de participar da IPO. A Arábia Saudita já disse que uma listagem poderá envolver três praças, dado o desejo do país de ter acesso ao maior "pool" de capital internacional possível e de dar aos cidadãos sauditas um acesso fácil às ações da companhia. Amin Nasser, executivo-chefe da Saudi Aramco, disse nesta semana que "uma ou talvez duas" bolsas sejam

escolhidas juntamente com a listagem na Tadawul (a bolsa de valores saudita) de Riad. O mercado asiático é uma peça-chave da estratégia de crescimento da Saudi Aramco, de modo que as bolsas da região não devem ser descartadas, especialmente no caso de uma listagem tripla. Hong Kong e Toronto revelaram que procuraram a Saudi Aramco oferecendo-se como possíveis praças, enquanto Tóquio tem amplo apoio dentro do governo japonês, segundo autoridades do governo. Cingapura também vem mantendo discussões com os sauditas. Todos as possíveis praças precisam contornar vários problemas que vão das regras em torno do percentual de ações que uma empresa precisa listar a exigências de inclusão em seus índices. Nova York tem o maior mercado de capitais, mas também regras mais rígidas em relação à transparência de informações sobre as reservas de petróleo, algo que os sauditas resistem em revelar. A postura da administração Trump em relação aos aliados no Oriente Médio ainda é vista como imprevisível. A legislação americana, permitindo às vítimas dos atentados terroristas de 11 de setembro processarem a Arábia Saudita, uma vez que 15 dos 19 terroristas eram sauditas, poderá aumentar o risco da listagem de um grande ativo estatal nos EUA. O IPO é um marco para o plano do vice-primeiro ministro saudita, o príncipe herdeiro Mohameed bin Salman, de diversificação da economia do país, hoje baseada principalmente no setor de energia. Os recursos obtidos com a abertura de capital serão investidos em setores não petrolíferos. A Saudi Aramco inicialmente vai listar até 5% da companhia e investidores e analistas já questionaram a avaliação de US\$ 2 trilhões feita pelo governo saudita. Mas mesmo que ela fique em apenas metade disso, ainda assim isso representará a captação de US\$ 50 bilhões - duas vezes mais que a envolvida no IPO recorde da Alibaba, em 2014. Owen Jones, analista do Citi, disse que a listagem da Saudi Aramco será um "privilégio" para qualquer bolsa. "Será um cartão de apresentação e tanto." Para Londres - onde o índice FTSE 100 conta com uma grande presença de empresas de commodities, com empresas como BP, Glencore e Shell -, acolher o IPO seria uma grande vitória dadas as incertezas criadas com o Brexit. A LSE é vista como dona de um fuso horário vantajoso e um de bom acesso para investidores europeus e asiáticos. "Atrair a listagem da Aramco seria um endosso bastante sólido da resistência de Londres como centro financeiro internacional", disse Martin Price, analista do Credit Suisse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor: Beatriz Olivon

Título: Conselho afasta autuação milionária contra Coelba

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba) conseguiu no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) afastar uma cobrança referente a amortização de ágio. A autuação é de 2011 e seu valor histórico chega a R\$ 300 milhões. A Fazenda Nacional pretende recorrer. A decisão é da 1ª Turma da 2ª

Câmara da 1ª Seção. O entendimento é contrário a precedente da Câmara Superior do órgão sobre ágio em privatizações. A Coelba foi leiloadada pelo Estado da Bahia em 1997 para o consórcio Guaraniana - que reunia Previ, Banco do Brasil e Iberdrola Energia. Na época, pela expectativa de rentabilidade futura, o grupo pagou ágio.

Três anos depois, o ágio foi transferido por meio da subscrição de ações da Nordeste Participações, posteriormente incorporada pela Coelba. Nessa ocasião foi feito o aproveitamento fiscal do ágio. Com a desverticalização, a Coelba e outras empresas privatizadas, como a Celpe, foram consolidadas na holding Neoenergia. No processo, a Coelba alega que o ágio foi transferido por meio da Nordeste Participações para viabilizar sua amortização fiscal, tendo em vista regras do setor. De acordo com a Lei nº 9.648, de 1998, seria necessária a desverticalização - separação das áreas de distribuição, transmissão e comercialização. Elas também precisaram segregar participações acionárias em outras empresas e em atividades alheias à concessão do serviço de distribuição. Por isso, no caso, não foi possível seguir o formato considerado adequado pelo Fisco - que a geradora de energia elétrica incorporasse ou fosse incorporada pela Neoenergia. Para o Fisco, o formato da operação não tinha propósito negocial, constituindo ágio interno. A autuação se refere a valores de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL de 2006 a 2011. Na turma do Carf, porém, a maior parte do auto foi afastada pela maioria dos conselheiros. Restou apenas uma parte sobre ajuste de estoque de prejuízos. De acordo com o advogado da Coelba, João Marcos Colussi, do escritório Mattos Filho Advogados, há divergência entre a turma e a Câmara Superior, mas a maioria ratificou o ágio no julgamento. A decisão é contrária a precedente da Câmara Superior de 2016. Em janeiro, a 1ª Turma da Câmara Superior do Conselho julgou pela primeira vez a questão. Na ocasião, os conselheiros mantiveram cobrança recebida pela Companhia Energética de Pernambuco (Celpe). Os autos de infração questionados pela empresa exigem créditos tributários referentes ao IRPJ e à CSLL entre 2001 e 2008. A Celpe foi adquirida em um leilão em 2000, também pelo consórcio Guaraniana. No ano seguinte, foi apresentado um modelo de reestruturação que permitiria à companhia de energia incorporar o ágio da privatização e usufruir do benefício fiscal decorrente. Mas o Fisco entendeu que as reorganizações societárias propostas seriam artificiais e teriam o único objetivo de obter o benefício fiscal da amortização do ágio na Celpe. Apesar do precedente na Câmara Superior, a questão ainda divide os conselheiros das turmas do Carf, segundo o procurador da Fazenda Nacional (PGFN) Marco Aurélio Zortea Marques. Enquanto não há súmula sobre o tema, acrescenta, as turmas não são obrigadas a acompanhar o entendimento da última instância.

MME / ASCOM .